O TRABALHO DO PROFESSOR/PESQUISADOR NAS UNIVERSIDADES ESTATAIS PÚBLICAS – INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DE SUA ATIVIDADE*

JOÃO DOS REIS SILVA JÚNIOR (UFSCAR)

Reflito! Sei não estar louco
Imerso nesta sociedade doente
Confesso! De quando em quando
Deliro com um bem para todo ser humano**

Resumo

O objetivo deste texto consiste em compreender o processo de mercantilização da universidade estatal pública brasileira e de sua identidade institucional. Busca compreender este evento tal qual um processo de racionalização social, com origem no Estado reformado e como parte da herança do século XX articulado com a internacionalização do capitalismo, que terminou como alvo da naturalização do fundo público pelo capital, resultando em reformas das instituições republicanas brasileiras. A universidade, não sem a contraposição de movimentos sociais, políticos e sindicais e de intelectuais que ainda resistem, está sendo transformada em instituição tutelada pelo capital e pelo Estado, tendo o mercado como mediador. A racionalidade mercantil tornou-se o núcleo da POLÍTICA (que deveria ser a administração pública voltada para o ser humano), com conseqüências perversas para o governo popular democrático, que se distancia de sua origem, para o pensamento intelectual mais crítico, para a esquerda partidária, para a pesquisa sobre as políticas públicas de educação superior, mas, sobretudo, para o objeto que aqui interessa examinar, para as atividades e a formação do professor/pesquisador das universidades estatais públicas em geral. Em acréscimo, procura-se mostrar que

** Fala da personagem de Lima Barreto no filme *A Volta de Lima Barreto.*

o processo de racionalização em sua forma histórica atual tem como essência também histórica a racionalidade de formação social do capitalismo, e, em razão disso, mostra, indiretamente, as orientações deste evento.

Palavras-Chave: Reforma do Estado; Educação Superior; Trabalho Docente; Formação Docente; Alienação no Trabalho Docente; Ontologia no Trabalho Docente.

Introdução: construindo uma hipótese

A universidade estatal pública brasileira passa por processo de mercantilização de sua identidade institucional. Este processo de racionalização social, com origem no Estado reformado, constitui-se na articulação da herança do século XX (o século da social-democracia e do Estado de Bem-Estar Social) com a internacionalização do capitalismo, e foi alvo da naturalização do fundo público pelo capital, que resultou em reformas das instituições republicanas brasileiras. A universidade, não sem a contraposição de movimentos sociais, como a da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN), ou de intelectuais que ainda resistem, como os professores Francisco de Oliveira, José Luiz Fiori, Maria Cristina Paoli, Cezar Benjamin, dentre outros, está sendo transformada em instituição tutelada pelo capital e pelo Estado, tendo o mercado como mediador.

A racionalidade mercantil tornou-se o núcleo da POLÍTICA (que deveria ser a administração pública voltada para o ser humano e não reduzida na direção do crescimento econômico), com conseqüências perversas para o governo popular democrático que se distancia de sua origem, para o pensamento intelectual mais crítico, para a esquerda partidária, para a pesquisa sobre as políticas públicas de educação superior, mas, sobretudo, para o objeto que aqui interessa examinar, para as atividades e a formação do professor/pesquisador das universidades estatais públicas em geral.

Ainda que se possa aprender com Theodor Adorno (1986) que em determinados momentos históricos somente é possível resistir por meio da consciência e não por meio do trabalho e da atividade humana, diante da objetividade histórica, visa-se, como um segundo objetivo deste ensaio, criar condições para indagar, simplesmente, sobre o *sentido do trabalho do professor/pesquisador nas universidades estatais públicas do Brasil*, que se vem produzindo ao longo do período de 1995 até a atualidade sob os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

O financiamento da instituição universitária pública e a composição do fundo público

Na breve introdução a este pequeno artigo esboçou-se a construção de uma hipótese e a constituição de alguns elementos mediadores para uma indagação que poderá ser objeto de uma próxima pesquisa e, por esta razão, lança-se mão de alguns dados que podem ajudar nessa empresa. Dentre esses elementos, vale destacar o estudo de Pinto (2005) que mostra que, enquanto os **Encargos Financeiros da União** evoluíram de 4% do **Produto Interno Bruto (PIB)**, em 1995, para aproximadamente 10%, em 2002, com manutenção desta tendência até o ano 2005, a rubrica de **Manutenção e Desenvolvimento da Educação** oscilou em torno de 1% do PIB, com leve tendência de queda no mesmo período. Isto permite inferir-se muito sobre o que se anuncia desde o início deste texto.

Por outro lado, se ao par disso se observa a composição da receita da União, fortalece-se ainda mais esse ponto de partida. Ainda, segundo Pinto (2005), de 1995 a 2003, as contribuições sociais, como a *Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira* (CPMF), agora não mais existente, saltaram de um patamar de aproximadamente 9% para próximo de 15% do Fundo Público nesse mesmo período. Sabendo que apenas um percentual dos impostos, parte do Fundo Público do Estado, é destinado ao financiamento da educação, fica claro como estão orientadas as políticas de financiamento da educação superior no Brasil: são parte do processo de naturalização do capital.

As verbas destinadas à educação ficam cada vez mais escassas e o Estado transfere sua responsabilidade pelo financiamento educacional ao processo, a que acima se fez referência, como herança do século XX, isto é, a naturalização do Fundo Público pelo capital. Não é difícil, pois, perceber o outro pólo da contradição em que se vai constituindo a hipótese que aqui se quer construir: as atividades e a formação do professor/pesquisador.

No plano político, vigora a racionalidade mercantil no âmbito do Estado (a regulação do mercado), que, por sua vez, no âmbito da educação superior, apresenta-se como Estado gestor, ao estabelecer instrumentos jurídicos para conformação da identidade universitária, e avaliar, regular e controlar a liberdade acadêmica, essencial às atividades e à formação do professor/pesquisador das universidades estatais públicas. Isto é suficiente para deslocar o equilíbrio psíquico e psíquico-somático deste trabalhador, induzindo a sua grande maioria ao estresse e às doenças psicossomáticas daí decorrentes, como observado nos muitos depoimentos feitos na pesquisa sobre a qual se apóia este texto (conforme nota acima).

Leia-se um excerto de um dos depoimentos de um dos colegas entrevistados para essa pesquisa, no qual ele estabelece relações entre a pós-graduação, a pesquisa, a publicação, o financiamento e as condições objetivas em que isto tudo se organiza, segundo o *modelo Capes* de avaliação. Neste modelo, esta agência estatal, além de financiar e induzir a organização dos programas de pós-graduação, também os avalia, criando um sistema de controle e regulação de cada um deles e do espaço social que eles compõem no Brasil, induzindo a formação de uma suposta elite de intelectuais gestores que, entre outras decorrências, se perpetuam em associações e órgãos semelhantes do governo relacionados à pesquisa e à pós-graduação. O modelo de avaliação torna cada vez mais constritor o contexto institucional da pós-graduação, o que segundo o depoente, levaria a um alto nível de estresse. Ao comentar a diferença entre a graduação e a pós-graduação, analisa:

> Eu digo o seguinte: na pós-graduação o trabalho é muito mais pesado que na graduação [...] Por quê? Na hora que você

> admite um pós-graduando, você está celebrando com ele praticamente um contrato de que, se não houver sucesso, o fracasso é dos dois. Então, a orientação implica nessa responsabilidade [...]. O aluno de pós-graduação, ele também é um agoniado e isso ele transmite para o orientador. [...] você tá fazendo um contrato de convivência mútua e muita responsabilidade na condução de um processo complexo por 5 anos. A questão do financiamento: você realmente trabalha apertado [...], você é pressionado pelas agências, pressionado pelo aluno, e pressionado por você mesmo, porque cada aluno em geral é sua responsabilidade.

Cabe observar neste ponto do depoimento a forma como o modelo de avaliação da Capes incide sobre o trabalho docente, fato já mencionado por Valdemar Sguissardi na Sessão Especial proposta pelo GT de Políticas de Educação Supeior em 2007. Outro ponto relevante a se destacar refere-se à natureza exógena da avaliação imposta à organização do programa que é avaliado, que diante do resultado desta avaliação terá ou não financiamento. Assim, as notas atribuídas aos programas instituem uma concorrência pelos recursos financeiros e instauram verdadeira competição entre os pesquisadores de uma mesma área, acirrando a pressão sobre eles, seus orientandos e sobre a própria coordenação, além de propiciarem uma verdadeira "caça às bruxas" nos programas. Novamente aqui o depoente, de outra forma, mostra a pseudo-formação do professor/pesquisador e do mestrando ou doutorando, envoltos no ardil em que se tornou o produtivismo acadêmico induzidos pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e pelo Ministério da Educação, especialmente na figura da Capes por financiamentos estatais-mercantis, nas formas das parcerias público-privadas, fundos setoriais, lei de inovação, etc.

Observe-se que os jovens que se doutoraram depois da entrada em vigência do atual sistema de avaliação da Capes, implantado a partir de 1997, parecem hoje muito bem adaptados ao produtivismo acadêmico, à competitividade, além de

estarem sendo induzidos, pela suposta elite de "intelectuais gestores", a continuarem a sua formação de pós-graduação, isto é, o "aluno de pós-graduação, ele também é um agoniado". É perceptível a expansão do número de doutores desta geração com esse perfil, processo que acentua a formação do professor/pesquisador "produtor de resultados" de estudos e pesquisas efêmeros – interessa sua posição dentro da área de investigação que é medida de forma quantitativa. Toda esta mudança põe grande parte destes colegas em situação de profunda ansiedade e inegável sofrimento. Estes são mecanismos de controle do indivíduo, de sua formação humana pelo Estado – um Estado que deveria regular o processo econômico global quando, de fato, submete-se ao inverso, pois a racionalidade mercantil regula suas atividades políticas num processo mediado e contraditório.

Mostram-se a seguir os recursos destinados às instituições federais de ensino superior (IFES) no Brasil no período de 1995 (início da reforma do Estado) a 2005, com ênfase para as sete IFES que formaram a amostra da pesquisa já referida.

ANOS	**UFES**	**UFF**	**UFJF**	**UFMG**	**Unifesp**	**UNIRIO**	**UFU**	**Total 7 IFES**	**Total IFES**
1995	322	767	215	914	485	144	372	3.219	16.155
1996	281	699	208	839	490	138	341	2.996	14.558
1997	261	668	206	822	416	141	309	2.823	14.302
1998	266	655	205	785	384	150	313	2.758	14.050
1999	254	687	200	779	308	130	325	2.683	13.753
2000	237	573	200	726	271	115	310	2.43	12.96

								2	4
2001	219	522	176	670	255	112	308	2.262	11.863
2002	221	551	189	673	244	113	291	2.282	12.063
2003	193	485	166	591	233	101	259	2.028	10.707
2004	219	507	176	658	311	124	283	2.278	11.851
2005	216	506	176	649	294	125	276	2.242	11.465
1995/2005 Δ%	**-33,0**	**-34**	**-18**	**-29**	**-39**	**-13**	**-26**	**-30**	**-29**

Tabela 01 - Evolução dos recursos totais de todas as IFES e de sete IFES da Região Sudeste (amostra da pesquisa) - todas as fontes - 1995-2005 - Valores a preços de janeiro de 2006, corrigidos pelo IGP-DI da FGV, em R$ milhões.
Fonte: AMARAL, Nelson C.. 1995-2005: Execução Orçamentária do Governo Federal, www.camara.gov.br.

A Tabela 1 mostra a involução do financiamento estatal para cada uma das sete IFES que constituem a amostra da pesquisa, em comparação com o total dos recursos financeiros destinados a essas sete IFES da região sudeste e ao conjunto de IFES do país. Ao se observar a característica das séries numéricas representativas do financiamento nos três níveis (a amostra, o universo e o país), vê-se que é nítida a semelhança entre as tendências, o que revela a significativa diminuição dos recursos do Tesouro Nacional alocados para a manutenção do Sistema Federal de Educação Superior. Há uma redução de 30% (em ordem de grandeza) do financiamento estatal para as instituições da amostra, com exceção da UFJF e da UNIRIO, cuja ordem de grandeza da diminuição oscilou em torno de 15%. Não é difícil inferir destes dados a situação que decorre desta redução de financiamento: a necessidade de busca, pelos gestores da IFES, de formas

alternativas de financiamento, entre as quais, talvez a primeira consista na mudança e/ou intensificação do trabalho do professor dessas universidades por meio da prestação de serviços, das Parcerias Público-Privadas, dos Fundos Setoriais, da Inovação Tecnológica, de um lado; de outro, programas sociais, de caráter compensatório, como o Universidade Aberta, O Programa Universidade para Todos (agora associado ao FIES) (ProUni), O Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI, inspirado no Processo de Bologna), a Escola de Gestores, os Programas de Educação a Distância, etc.

Estas inferências se devem também a outros dados e análises, que não se apresentam neste texto, mas fazem parte de estudos e pesquisas dos autores Silva Jr. e Sguissardi (2001), publicados no livro editado pela Cortez Editora e resultado da investigação *"As Novas Faces da Educação Superior no Brasil – reforma do Estado e mudança na produção"* (financiada pela FAPESP e pelo CNPq), que demonstrava a existência de uma reforma da educação superior a conta-gotas, desde 1995, em cujo centro se encontrava, dentre outras tendências, a redução do papel do Estado brasileiro no financiamento das instituições de educação superior, ao lado de um incentivo velado à privatização e internacionalização desse nível educacional.

Os gastos com pessoal e encargos sociais de todas as IFES brasileiras e das sete IFES da região Sudeste (amostra da pesquisa), excluindo-se os recursos próprios (incluindo inativos, pensionistas e precatórios), no período 1995-2005 (com valores a preços de janeiro de 2006, corrigidos pelo IGP-DI da FGV) mostram a mesma tendência apresentada em relação ao financiamento total (tabela acima). Há uma redução de 29% nesta rubrica das IFES no período de 1995 a 2005. Quando é considerada a amostra da pesquisa com as IFES do Sudeste, a tendência se repete, porém com uma redução em média superior a 30% (SGUISSARDI; SILVA JR., 2007). Estes dados revelam a tendência ao fortalecimento da mercantilização e do empresariamento da educação superior no contexto de naturalização do Fundo Público do Estado pelo capital. Revela, ainda, que o professor/pesquisador, para viver na condição de tempo integral e dedicação exclusiva, vê-se compelido a sujeitar-se às *novas faces da educação superior* no

Brasil. Isto permite inferir que se está vivendo um radical processo de mudança do ser social professor/pesquisador. Ele deve, neste contexto, adaptar-se à nova instituição universitária e ao novo pacto social, que se inspira grandemente no pragmatismo que se vem construindo desde os governos de Fernando Henrique Cardoso, com fiel continuidade nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva.

Somente para ilustrar o impacto causado no trabalho dos professores e na sua formação humana em geral, mas em particular no dos professores/pesquisadores, segundo a fonte SRH/MPOG, disponível no sítio www.servidor.gov.br em 29 de fevereiro de 2008 (valores corrigidos pelo IGP-DI da FGV, a preços de janeiro de 2008), o salário do professor titular doutor, em regime de dedicação exclusiva, reduziu-se de R$ 10.092,96, em 1995, para R$ 7.830,13, em 2007. Houve no período em questão um decréscimo de aproximadamente 25% dos proventos do professor. Poderíamos, inicialmente, tomar tal tendência como uma pequena diminuição salarial, pois em nossa cultura os valores inflacionários foram em geral muito altos. Quando, por exemplo, o presidente Sarney desceu a rampa do Palácio do Planalto, podia-se contabilizar uma inflação que passava de 1.000% ao ano. Estes altos níveis inflacionários sempre foram o resultado de políticas econômicas que necessitavam da alta inflação para compor o Fundo Público do Estado, sempre sob um impacto profundo de comprometimento da dívida interna no país.

No entanto, no período aqui em análise, de 1995 a 2007, vivemos uma época que também à custa da dívida interna, manteve a inflação oscilando em torno 1.5%, o que implica dizer que 25% consistem num furto do professor pesquisador das IFES, tendência que se fez presente também nas universidades estatais públicas em geral.

Considerando que o exposto sobre o financiamento e as mudanças jurídico-institucionais indicadas constituem o horizonte de possibilidades institucionais para a realização do trabalho cotidiano e da formação do professor/pesquisador na universidade estatal pública, pode-se indicar que se assiste a um contexto de mercantilização e empresariamento deste trabalho. Desta forma, a formação do professor universitário, em geral, tende a direcionar-se para uma reprodução

institucional mercantil e pragmática, que nega a liberdade acadêmica, a autonomia universitária e conseqüentemente a própria identidade da instituição universitária, que deveria consistir na contradição, assim explicitada: por um lado, contribuir para a consolidação do *Pacto Social* e para o crescimento econômico do país; por outro, exercer a função social de crítica institucional de seu tempo histórico, e, sobretudo, de seus próprios objetivos. O processo de mercantilização tende a enfraquecer o equilíbrio histórico liberal desta contradição, fortalecendo o primeiro de seus pólos, enquanto debilita o segundo. Daí dizer-se que a dimensão ontológica do ser social professor/pesquisador na direção do humano é, nesse contexto, negada.

O salário, por sua vez, é a mediação do professor/pesquisador com o mundo. O salário pode ser a medida do tamanho de sua capacidade de acesso à cultura necessária à sua formação como ser humano e como professor/pesquisador, dimensões indissociáveis. Mostra também a potência institucionalmente criada para a adaptação do professor/pesquisador às mudanças na *universidade reformada – a universidade caritativa*[1] *e neoprofissional,* assim constituída e transformada pelos programas que é impelida a desempenhar, como assinalado anteriormente. O trabalho do professor/pesquisador e suas atividades mercantilizadas, articuladas com seu salário, serão analisados quando da abordagem de uma eventual chave explicativa sobre o *sentido do trabalho do professor na institucionalização mercantil das universidades estatais públicas.*

O Fundo Público e o aumento das instituições

O aumento das instituições de educação superior públicas no período de 1995 a 2004 é considerável como se pode observar no gráfico abaixo, o que nos faria supor o aumento de professores em tempo integral para manter o mínimo da

[1] Na reforma a conta gotas em curso desde 1995, quando também se põe em movimento a reforma do Estado, muitas funções desta instituição maior da República são transferidas para a sociedade civil, especialmente para Organizações Não Governamentais ou Organizações Sociais de Interesse Público. Mas, assim como a universidade assume programas pragmáticos relacionados ao setor produtivo, assume também programas compensatórios que ao tentarem afirmar direitos subjetivos e inalienáveis do cidadão, acabam por discriminá-lo por meio de políticas compensatórias, que, em si são a caridade que o capital faz por meio Estado burguês. À universidade coube as políticas de cotas, o Pedagogia da Terra, o Agricultura Familiar, o PRONERA, a Escola de Gestores, dentre outros programas, por isso atribuo o complemento adnominal "caritativa" à universidade reformada.

produção de pesquisas, publicações tão exigidos pelo Estado e pelo mercado, bem como a formação de profissionais nos cursos de graduação e pós-graduação.

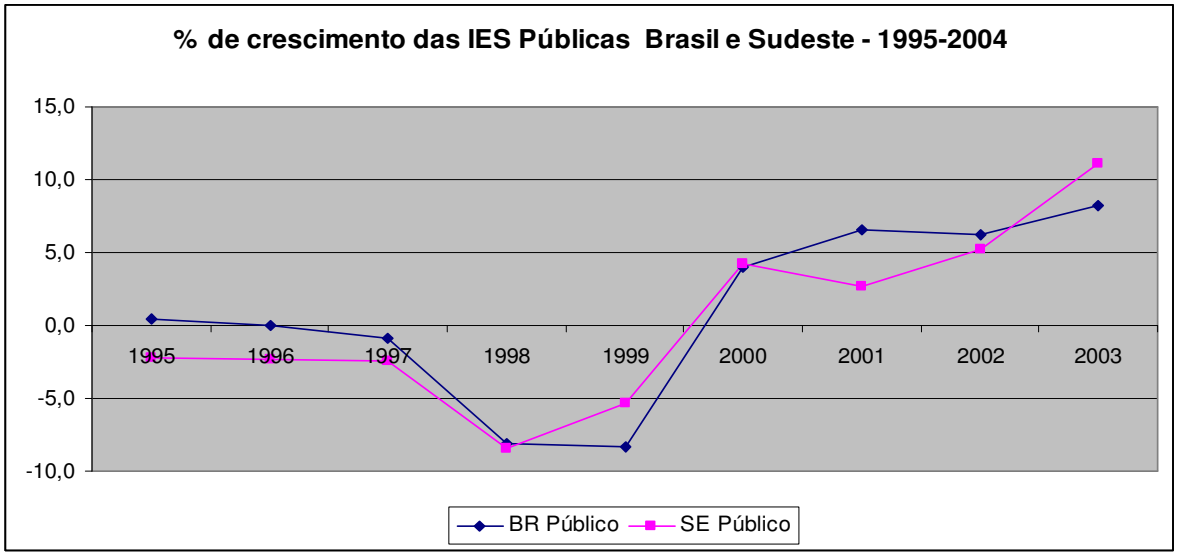

Gráfico 01 – Evolução das taxas de crescimento das IES públicas – Brasil e Sudeste 1995-2004
Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Por outro lado, quando se observa o gráfico abaixo que mostra, se não a involução, uma ínfima oscilação com tendência à estagnação das vagas dos funcionários técnico-administrativos dos setores público e privado, dá-se o retorno do pessimismo. Se houve um aumento nas instituições, em idêntica ordem de grandeza deveria ter havido o aumento dos técnico-administrativos, posto que as funções da competência desta categoria devem ser realizadas. Ainda, que no gráfico não estejam discriminados os dois setores, a curva indica a mesma tendência. Uma hipótese imediata é a de que os mesmos funcionários tenham seu trabalho intensificado. Outra hipótese consiste na mudança do perfil deste funcionário dadas as novas tecnologias inseridas nas novas formas de gestão das universidades estatais públicas. Os novos sistemas administrativos servidos por espaços tecnológicos midiáticos operam novas relações dos técnico-administrativos com os professores. Muitas funções de competência daquela categoria são

repassadas para o professor, com ênfase para o professor/pesquisador. Três exemplos, dentre muitos que se poderia citar: 1)os muitos pareceres emitidos são feitos diretamente, via eletrônica, com agências de fomento ou com revistas, dispensando o trabalho dos funcionários técnico-administrativos; 2) o preenchimento de planilhas de notas de avaliação de alunos *on line* e 3) a apresentação do programa da disciplina *on line,* por meio de formulários eletrônicos que "obrigam" o professor a apresentar com rigor seu objetivo e estratégias para o curso que ministrará.

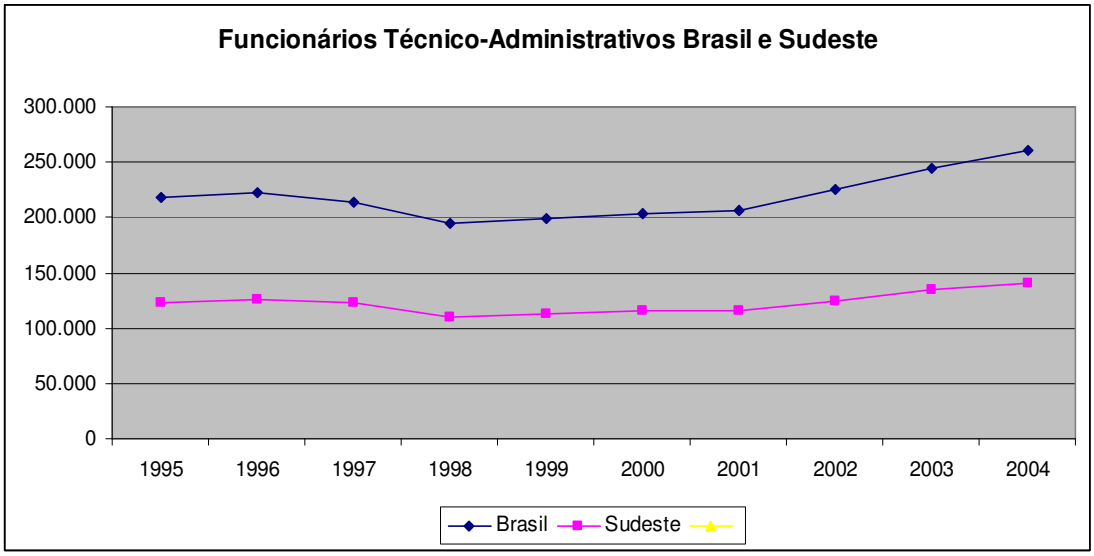

Gráfico 02 - Evolução do número de Funcionários Técnico-Administrativos – Brasil e Região Sudeste– 1995-2004
Fonte: MEC/Inep/Deaes

Para se dar um pouco mais de consistência ao que se propôs no início deste texto, ousadamente, já no seu primeiro parágrafo, é importante mostrar a evolução dos professores em tempo integral. Tomando como fonte o MEC-Inep-Deaes, construiu-se o gráfico abaixo que ilustra bem o que se pretendeu com o título deste texto.

.

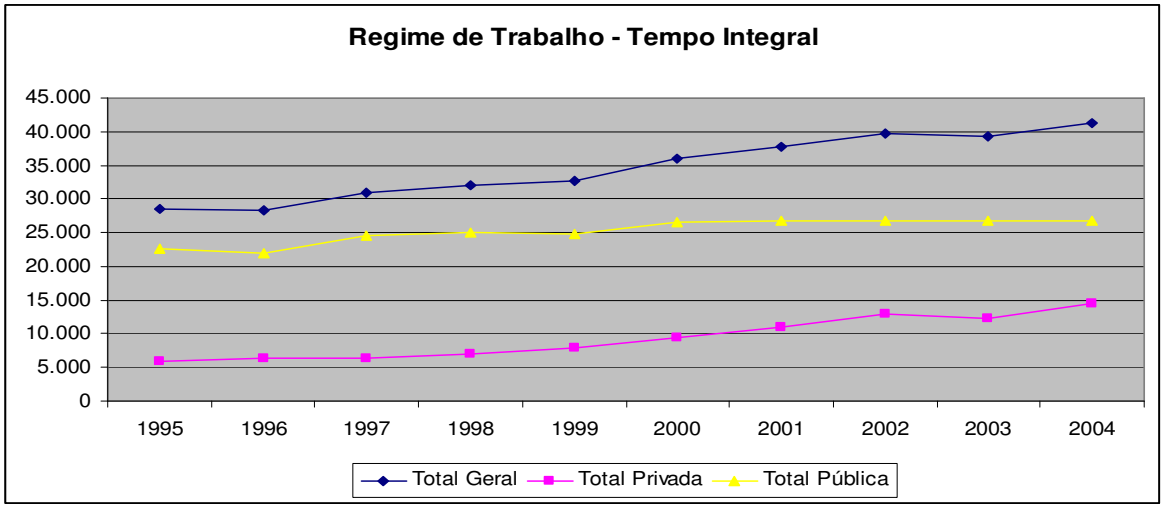

Gráfico 3 - Evolução do número de docentes no período 1995 à 2004 em Regime de Trabalho de Tempo Integral - Universidades Públicas e Privadas - Região Sudeste

Fonte: MEC-Inep-Deaes.

Apenas um comentário quanto ao mostrado pelo gráfico acima. No período de 1995 a 2004, o número de professores em regime de tempo integral (curva em amarelo), regime em que se encontram todos ou quase todos os professores/pesquisadores das universidades estatais públicas teve um levíssimo aumento de cerca de 23.000 professores para aproximadamente 26.000.

No primeiro parágrafo, adiantou-se a hipótese de que as mudanças na identidade institucional da universidade estatal pública se inseriam num processo de racionalização social específico datado e localizado. No entanto, o processo racional a que se aludiu consiste no processo de racionalização social do capitalismo, que é movido a reformas institucionais com origem no Estado. Desta forma, para um entendimento mais consistente do que acontece, não basta a simples apresentação dos dados, mas, em face do espaço deste texto, é necessária a produção de visada analítica destes processos de racionalização no capitalismo por meio dos clássicos que bem apreenderam os tempos longos deste modo de produção. Com isto, poder-se-á entender melhor as mudanças de identidades institucionais e a formação de novos seres sociais a cada processo de racionalização

social exigido pelo capitalismo, sempre, com graves conseqüências para o novo ser social.

No século XVIII, Adam Smith, analisando o capitalismo mostra em *A Riqueza das Nações* que o Estado capitalista, para além de representar o capital mediante uma autonomia política relativa, sempre teve um papel econômico, sem o qual o capital jamais se reproduziria plenamente de forma privada, isto é, pela *mão invisível do mercado*.

Smith mostra o papel político, mas também o econômico e o belicoso do Estado moderno, antevendo o século da social-democracia e dos presentes diagnósticos e soluções neoliberais, ao mesmo tempo em que oferece a chave para desvendar o período do liberalismo clássico, isto é, a contradição entre a igualdade, a liberdade, e a propriedade privada. Segundo Smith, a primeira das despesas do Estado moderno é com a *Defesa,* em seguida, com a *Justiça*, para a garantia da propriedade privada, o que resulta na desigualdade social entre os homens e no aflorar desta contradição. Isto é, sua teoria econômica somente se sustenta se existir um Estado com tais funções. Aqui se põe o embrião da mercantilização da política no capitalismo. Diante da inevitável desigualdade social desta condição, afirma a necessidade inarredável do ordenamento jurídico burguês, dando a forma burocrática à política e à dimensão ideológica do capitalismo.

O terceiro aspecto a que Smith faz referência é a despesa do Estado para com serviços ou mesmo instituições que possam interessar a uma ou várias unidades de capital: "a criação e a manutenção dos serviços públicos que facilitam o comércio de qualquer país, [...], boas estradas, pontes, canais navegáveis, etc, exigirão variadíssimos níveis de despesas nos diferentes períodos da sociedade" (SMITH, 1993, p.335). A educação é também, para Smith, parte de tais despesas: um serviço público. Trata-se de Estado que, em sua origem, submete a dimensão pública à esfera privada em benefício desta última, no âmbito do próprio Estado Republicano. Smith desvela no âmbito da economia o fetiche do Estado liberal e torna clara a contradição entre o público e o privado presente nas relações econômicas e sociais. Mostra, assim, a tendência histórica de intensificação da dimensão estatal mercantil que faz com que o Estado dirija suas políticas públicas

para o pólo privado da contradição, dada a materialidade da economia. Ao examinar-se esta obra tendo em vista a análise do momento atual, vê-se que existe uma linha de continuidade: as mudanças na forma de Estado estão tendencialmente sempre a serviço do capital.

Marx deixa claro no seu *As Lutas de Classe na França* (MARX, 1983) *e no 18 Brumário de Luiz Bonaparte* (MARX, 1983)*,* dentre outras obras, sua concepção de Estado, quando analisa a última fase da revolução: *O Bonapartismo.* Realiza seu intento, mostrando a tomada de consciência de classe quando da *Constituição Republicana*, texto do ordenamento jurídico que torna explícito para os trabalhadores que não se tratava da mudança do regime, mas da transformação do modo de produção. Em seguida, no período da *República Burguesa,* elucida as contradições entre os segmentos da burguesia, que buscavam ter sob seu poder o político e o econômico. Isso possibilitou o golpe de Luís Bonaparte (*coup de main*) e com ele a produção de uma autonomia relativa do Estado, com destaque para o poder Executivo. Fez-se aqui esse parênteses para mostrar o embrião das relações entre a economia, a sociedade e o Estado.

Por sua vez, na Itália do início do século XX, num momento histórico que concretiza a existência de partidos bem organizados, de fortes sindicatos, do sufrágio universal, da grande imprensa e da operária, o pensador Antonio Gramsci, inspirado em Lênin, vislumbra, diferentemente de Marx, diante de uma diferente forma histórica, uma nova esfera: a sociedade civil. Esta é constituída de contradições entre capital e trabalho, entre o público e privado e expande a noção de Estado tal qual proposto, com base na filosofia da práxis. Nos *Cadernos do cárcere*, Antonio Gramsci elabora uma *concepção ampliada de Estado*, na qual este é explicitado como espaço de luta política em razão de conter elementos do Estado restrito, bem como da sociedade civil e de representantes do capital e do trabalho em ambas as esferas.

No entanto, diante da hipótese apresentada e para tratar do tema problematizado neste artigo é necessário que se procure conhecer a lógica que orientou o processo de racionalização atual e para isto, como indicado, faz-se necessário conhecer, ainda que de forma analítica, as características essenciais do

século XX, e como ela se atualiza, quando do fim da prática do *Consenso de Classes* e regulação econômico-social promovidos pelo Estado de Bem-Estar Social.

Voltando a Marx, as modificações das esferas pública e privada mantêm relações entre si, influenciadas, com mediações, pela realização do valor na esfera da circulação de mercadorias. O valor produzido no âmbito da produção é potência, podendo realizar-se ou não na esfera da circulação de mercadorias, o que teria levado Marx a dizer que a burguesia necessita revolucionar-se sempre para se manter. Há, portanto, uma defasagem entre a produção e a realização do valor. Por outro lado, a demanda do capital é diferente da demanda da classe trabalhadora. O foco daquele são os meios de produção; o desta são os produtos necessários para sua própria reprodução, mediante seu trabalho alienado, a reprodução do capital, bem como a reprodução das contradições da sociedade capitalista. Isto, segundo Marx, provocaria crises cíclicas de superprodução de capital nas suas diversas formas (matéria-prima, força de trabalho, produto acabado, capital financeiro, etc.). Isso significa, no médio prazo, queda da produção, dívida interna, inflação e desemprego, além de alta tributação.

A base econômica da teses da social-democracia e do Estado de Bem-Estar Social, de acordo com a *Teoria Geral* de Keynes, inicia seu declínio na década de 1970. As teses social-democratas transformam-se face o esfacelamento econômico, como se pode observar nos governos Margaret Thatcher na Inglaterra e François Mitterrand na França, sendo que o segundo anuncia em 1982 uma série de medidas em benefício dos trabalhadores, característica das políticas de bem-estar social, mas termina aderindo à privatização, pois não havia mais recursos para o financiamento dessas políticas.

O consenso produzido com base nas terias keynesianas reproduziam o capital e a força de trabalho por meio do Fundo Público. Em razão disto, as políticas colocavam o Estado no lugar da classe trabalhadora na condição de consumidor dos bens da classe operária. Por outro lado, em maior magnitude colocava o Fundo Público a serviço do capital. Esta é a chave de leitura para compreendermos o início do processo que tornou o capital industrial produtivo e o capital financeiro uma massa amalgamada sob hegemonia do último. Diante da necessidade de aumento

da produtividade em face de crise iminente, pesquisas têm seu foco voltado para as inovações sobre o trabalho e ganham grande espaço no âmbito do Estado aquelas voltadas para o trabalho, tendo-se escrito muito sobre este movimento que resultou na reestruturação produtiva. Porém, o que até agora pouco se tem explorado deste nó górdio é o resultado ideológico deixado pelo Estado de Bem-Estar Social.

O pólo antitético da reestruturação produtiva é a naturalização do Fundo Público por parte do capital, que movimentou todos seus representantes na direção de reformas do Estado pelo mundo todo, colocando esta instituição reformada a seu serviço, isto é, alterando de forma radical o Fundo Público na direção de seu benefício. Isto demandou uma reforma de todas as instituições republicanas, especialmente a instituição universitária e a educação de forma geral em face da necessidade de alterar todo o processo de racionalização social quando os governos social-democratas faliram literalmente e se viram obrigados a aderir aos fundamentos econômicos de Hayek, que atualizam o que Smith já escrevia no século XVIII. A reforma do Estado brasileiro e da educação superior que está em processo desde 1995, cuja perversa forma fenomênica foi acima mostrada, ganha consistência de análise nestes fundamentos. Neles também se encontram elementos para se compreender as radicais e profundas mudanças no trabalho do professor/pesquisador da universidade estatal pública e suas conseqüências para o ser humano que é antes de ser o concreto professor.

As políticas públicas passam, no país e no exterior, por um processo de mercantilização ancorado na privatização/mercantilização do espaço público (processo que já se punha de forma embrionária desde os primórdios do capitalismo) e sob o impacto de teorias gerenciais próprias das empresas capitalistas imersas na suposta autonomia ou real heteronomia do mercado, hoje coordenado por organismos multilaterais a agirem em toda extensão do planeta. Quando titular do Ministério da Reforma do Estado e da Administração Federal (MARE), Bresser Pereira assim argumentava sobre a necessidade de uma "nova administração pública":

> A abordagem gerencial, também conhecida como "nova administração pública", parte do reconhecimento de que os Estados democráticos contemporâneos não são simples instrumentos para garantir a propriedade e os contratos, mas formulam e implementam políticas públicas estratégicas para suas respectivas sociedades, tanto na área social quanto na área científica e tecnológica. E para isso é necessário que o Estado utilize práticas gerenciais modernas, sem perder de vista sua função eminentemente pública (PEREIRA, 1996, p.7).

O ex-Ministro estabelece aí a matriz teórica, política e ideológica da reforma do Estado e das instituições republicanas, buscando produzir por meio das políticas públicas e das instituições, um *Pacto Social* pragmático. É com base nessa análise da realidade que contextualiza as políticas públicas recentes, em especial as políticas sociais, e na reflexão exigida pela materialidade histórica que envolve tanto a contradição público-privado, quanto a dimensão central e mercantil do Estado Moderno, que se pode compreender melhor a racionalidade político-administrativa dos governos FHC e dos de Lula. Este processo realizou-se nas esferas federal e municipal, no primeiro caso através dos governos FHC e, no segundo, pelos governos do PT. Hoje, apresenta sua horrenda nudez sem mediação alguma, como se pôde observar, no âmbito da educação superior, como ela se torna naturalizada pelo capital em meio às diferentes formas de Fundo Público e altera o trabalho imaterial e intelectual, provocando a alienação dos professores, concretizada especialmente por doenças psicossomáticas, dentre outras formas, mesmo que os professores, contraditoriamente, pareçam orgulhar-se de seus trabalhos. Fato que aparece com freqüência em conversas com colegas e na grande maioria dos depoimentos colhidos durante a pesquisa de campo acima referida, que produziu relevante questão para ser investigada e que nos leva a indagar sobre o *Sentido do Trabalho do Professor/pesquisador das Universidades Estatais Públicas.*

Referências Bibliográficas

MARX, Karl. O Treze de junho de 1849. In: FERNANDES, Florestan. **Marx Engels**. São Paulo: Editora Ática, 1983. p. 194 - 253.

_____. O coup de main de Luís Bonaparte (O 18 Brumário de Luís Bonaparte), In: FERNANDES, Florestan. **Marx Engels**. São Paulo: Editora Ática, 1983. p. 123 – 193.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil** - para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996.

PINTO, José Marcelino de Resende. Os números do finaciamento da educação no Brasil. Revista Pro-posições, v. 16, n.3, p.75-86, set/dez., 2005.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **As novas faces da educação superior no Brasil** – reforma do Estado e mudança na produção. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

SMITH, Adam**. Riqueza das nações**, v. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.